



TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 0035877/2025

1. DO OBJETO

- 1.1.** O presente Termo de Referência tem como objeto a realização de **CHAMAMENTO PÚBLICO para Credenciamento de empresas especializadas na área de saúde pública na modalidade de prestação de serviços de profissionais médicos para urgência e emergência nas unidades hospitalares, visando atender aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS)**, conforme condições, especificações, exigências, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.
- 1.2. REQUISITANTE:** Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro/ Hospital Municipal Raul Sertã.
- 1.3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Conforme art. 6º, inciso XLIII, Art. 79, I da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024.
- 1.4. PERÍODO:** 1 (um) ano, a partir da data da publicação do extrato de Instrumento Contratual no Diário Oficial, podendo o Contrato ser prorrogado, sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do disposto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.5** A tabela abaixo demonstra a quantidade dos leitos e a especificação de todos os profissionais que as credenciadas deverão disponibilizar às Unidades de Saúde e os respectivos valores.





LOTE 1 – PLANTÃO 24HRS							PREÇO	
ITEM	CATMAT/C ATSER	ESPECIALIDADE	U/C	HMRS	HMNF	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
01	12920	Plantão Médico	PLANTÃO	1.550	-	1.550	R\$ 2.950,00	R\$ 4.572.500,00
02	12920	Plantão Médico Especialista	PLANTÃO	2.450	1.270	3.720	R\$ 3.900,00	R\$ 14.508.000,00

LOTE 2 – ROTINAS MÉDICAS 6 HORAS DIÁRIAS							PREÇO	
ITEM	CATMAT/C ATSER	ESPECIALIDADE	U/C	HMRS	HMNF	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
03	12920	Rotina Médica	DIÁRIA	2.410	240	2.650	R\$ 1.450,00	R\$ 3.842.500,00
04	12920	Rotina Médica Especializada	DIÁRIA	615	185	800	R\$ 1.950,00	R\$ 1.560.000,00

LOTE 3 – REMOÇÃO DE PACIENTE							PREÇO	
ITEM	CATMAT/C ATSER	ESPECIALIDADE	UNIDADE	HMRS	HMNF	QTDE	UNITÁRIO	TOTAL
05	12920	MÉDICO PARA REMOÇÃO DE PACIENTE EM AMBULÂNCIA	DIÁRIA	330	30	360	R\$ 1.430,00	R\$ 514.800,00

LOTE 1:

O lote 1, trata dos quantitativos referentes aos plantões das Unidades de Saúde Municipais, sendo divididas em plantões médicos sem necessidade de especialização e plantões médicos de especialidades de acordo com a rotina de cada Unidade conforme se vê abaixo:

Plantão Médico:

Hospital Municipal Raul Sertã

- Médico Socorrista
- Médico Internista
- Médico Clínico Geral



**Hospital Municipal Maternidade Dr. Mario Dutra de Castro**

Não será previsto médico sem especialidade para o Hospital Municipal Maternidade Dr. Mario Dutra de Castro.

Plantão Especialista:

Para o plantão de médicos especialistas poderão ser solicitadas as seguintes especialidades:

Hospital Municipal Raul Sertã

Especialidades:

- Médico Pediatria
- Médico Ortopedista
- Médico Cirurgião Geral
- Médico Intensivista
- Médico Urologista
- Médico Neurocirurgião
- Médico Anestesiologista

Hospital Municipal Maternidade Dr. Mario Dutra de Castro

Especialidades:

- Médico Obstetra
- Médico Pediatra Neonatologista
- Médico Anestesiologista

LOTE 2:

O lote 2 será composto das rotinas médicas sem especialidade e das rotinas de especialidades médicas compõe os seguintes serviços:

- Visitas aos pacientes internados
- Resposta de Pareceres
- Cirurgias, em caso de especialidades cirúrgicas





→ Atendimento Ambulatorial de no mínimo 20 pacientes por semana, nos casos em que couber.

Rotina Médica Sem Especialidade:

Hospital Municipal Raul Sertã

- Médico Clínico Geral ou Generalista

Hospital Municipal Maternidade Dr. Mario Dutra de Castro

- Médico Clínico Geral ou Generalista

Rotina Médica Especialista:

Hospital Municipal Raul Sertã

- Médico Ortopedista
- Médico Cirurgião Geral
- Médico Ginecologista
- Médico Cirurgião Pediátrico
- Médico Cirurgião Vascular
- Médico Cirurgião Plástico
- Médico Pneumologista
- Médico Psiquiatria
- Médico Dermatologista
- Médico Neurologista
- Médico Hematologista
- Médico Hepatologista
- Médico Alergista
- Médico Infectologista
- Médico Nefrologista
- Médico Cardiologista
- Médico Pediatra





- Médico Reumatologista
- Médico Gastroenterologista
- Médico Oftalmologista
- Médico Otorrinolaringologista
- Médico Endoscopista
- Médico Colonoscopista
- Médico Patologista
- Médico Radiologista

Dentre outras especialidades médicas que vierem a ser necessárias, incluindo as especialidades pediátricas.

Hospital Municipal Maternidade Dr. Mario Dutra de Castro

- MÉDICO PRÉ-NATALISTA
- MÉDICO OBSTETRA ALTO-RISCO
- MÉDICO NEONATOLOGISTA
- MÉDICO ULTRASSONOGRAFISTA
- MÉDICO CIRURGIÃO GERAL
- MÉDICO CLÍNICO GERAL
- MÉDICO ECOCARDIOGRAFISTA RN

LOTE 3:

Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro

- Médico para remoção de paciente ambulância com carga horária de até 12hrs diárias todos os dias da semana:

- Médico para remoção de paciente em ambulância- 01 profissionais por diária

Hospital Municipal Raul Sertão

LOTE 3:

-Médico para remoção de paciente ambulância com carga horária de até 12hrs diárias todos os dias da semana:





- Médico para remoção de paciente em ambulância - 5 Profissional por diária

1.6 O quantitativo e as especificações acima foram baseados na requisição das Unidades de Saúde que serão contempladas com o objeto do presente processo.

1.7 As empresas credenciadas deverão promover os serviços **de profissionais médicos** conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas apontadas nas requisições (DFDs) acostadas dos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.8 O credenciamento acima é para eventual prestação dos serviços médicos, portanto, o quantitativo acima poderá ou não ser contratado, respeitando o interesse público, a necessidade do serviço e disponibilidade orçamentária, conforme previsão no art. 4º do DECRETO Nº 11.878, DE 9 DE JANEIRO DE 2024.

1.9 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746 de 2022.

1.10 Os serviços a serem contratados são caracterizados como serviços comuns e continuados, haja vista que os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas de suas prestações são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas.

1.11 O Contrato a ser firmado entre as partes terá vigência de até 1 (um) ano, a partir da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial, podendo ser prorrogado por igual período até o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme dispõe os artigos 106 e 107 da lei nº 14133/21.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DOS CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA PARTICIPAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

3.1 Considerando que o serviço público deverá ser realizado de forma clara e transparente, acessível a todos





os prestadores interessados na realização da demanda aqui expostas. Desta forma, todas as empresas interessadas poderão participar dessa contratualização, de acordo com exigências constantes no presente Termo de Referência e no Edital.

3.1.1 O credenciamento ficará permanentemente aberto para futuros interessados, porém cada nova contratação será exercida a cada ciclo de 12 (doze) meses a contar dos credenciamentos realizados na primeira etapa, exceto nos casos de descredenciamento por inexecução do contrato.

3.2 O credenciamento obedecerá aos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da economicidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da celeridade, podendo participar aqueles que atendam às seguintes condições:

3.2.1 Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto do credenciamento, conforme o disposto nos respectivos atos constitutivos;

3.2.2 Regularmente estabelecidas no País e que satisfaçam integralmente as condições deste edital e seus anexos;

3.2.3 Os profissionais devem estar inscritos perante o respectivo Conselho de classe; Não possuindo antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos.

3.3 Tendo em vista a característica da contratação, sua especificidade e melhor controle dos quantitativos a serem utilizados pela Administração Pública, não será admitido mais de um credenciado por lote.

3.3.1 Havendo mais de uma entidade pleiteante ao credenciamento para cada demanda, ou seja, para cada lote, com necessidade de desempate ou rateio de cotas:

3.3.1.1 O credenciante promoverá sorteio público, agendado e comunicado aos credenciados com dois dias de antecedência, visando a transparência e a impessoalidade na seleção dos Credenciados para a prestação dos serviços, que funcionará da seguinte maneira:

3.3.1.1.1 Serão postos dois potes transparentes e vazios em cima de um local a vista de





todos os presentes. Após serão colocados em um pote o nome de todos os credenciados e no outro pote o número de lotes disponíveis. Após todos checados e depositados em cada pote, será retirado primeiro o número do lote e após o nome do credenciado.

3.3.1.1.2 Havendo menos credenciados do que o número de lotes, o credenciado sorteado voltará para a disputa dos demais lotes. Em havendo número de credenciados igual ou superior ao número de lotes, não aceito o retorno dos sorteados.

3.3.1.1.3 Após finalizado o sorteio, serão declarados os vencedores de cada lote que poderão neste momento declinar o lote vencido, onde será novamente sorteado apenas o lote rejeitado sem a presença da empresa declinante.

3.4 Os interessados poderão ser credenciados em mais de um serviço (lote), obedecidas às regras de distribuição das demandas.

3.5 Em caso de descredenciamento durante o período de duração do contrato, será realizado novo sorteio com apenas o lote descredenciado, seguindo as mesmas regras acima impostas, sem a presença da empresa descredenciada.

3.6 A restrição de um único credenciado por lote é fundamentada pela Lei 14.133/2021, que busca garantir economicidade, competitividade e evitar concentração de mercado. Essa prática também atende ao princípio da eficiência, facilitando a fiscalização, reduzindo custos e melhorando a gestão dos serviços médicos, especialmente em áreas como plantões 24h, onde a gestão centralizada evita conflitos operacionais e garante a padronização dos protocolos. A adjudicação de um único credenciado por lote reduz riscos à segurança e qualidade do atendimento.

4. A DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO





5.1 A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

5.1.1 Sustentabilidade:

5.1.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.1.1.1.1 Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 268 de 12/01/2022, Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005 e RDC 222, de 28/03/2018 - ANVISA.

5.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.3 Poderão participar do processo de contratação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto da contratação, devendo ser comprovado pelo contrato social e que preencherem as condições de credenciamento constantes no Edital deste CHAMAMENTO PÚBLICO.

5.4 As comprovações das exigências de habilitação deverão ser acrescidas das seguintes exigências:

5.4.1 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES.

5.4.2 Comprovação da habilitação para prestação de serviços junto ao SUS – Sistema Único de Saúde.

5.4.3 Comprovação de registro da proponente no Conselho Regional de Medicina (art. 67 da Lei 14.133/21).

5.4.4 Apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a empresa ter cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado, com clara menção ao serviço e execução bem-sucedida. A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição.

5.4.5 Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento da empresa proponente, com prazo de validade em vigor.





5.4.6 Cópia da Certidão de Anotação do Responsável Técnico no Conselho Regional de Medicina (CRM).

5.4.7 Relação contendo o(s) nome(s) e função(ões) de todos os profissionais envolvidos e/ou atuantes na prestação do(s) serviço(s) ofertado(s), acompanhado de cópia da Cédula de Identidade, CPF e Comprovante de Inscrição no Conselho Regional da Categoria do Técnico Responsável.

5.4.8 Para a execução dos serviços, os profissionais médicos deverão possuir registro vigente no Conselho Regional de Medicina e deverão estar em dia com as obrigações junto ao Conselho Regional de Medicina.

5.4.8.1 Em caso de férias e licença médica deverão ser substituídos por profissionais com as mesmas qualificações técnicas;

5.5 A CREDENCIADA deverá assinar o contrato quando solicitada, dentro de 05 (cinco) dias úteis, sob a pena de decair do direito de contratação e incidir na multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total de sua proposta, além de sujeitar-se a outras sanções previstas nas Leis Federais no 14.133/2021.

6. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1 Os serviços serão prestados pelo período de 1 (um) ano, atendendo ao quantitativo definido conforme o item 1 deste Termo de Referência, podendo o contrato, ser prorrogado por igual período até o limite máximo de 10 (dez) anos, conforme dispõe os artigos 106 e 107 da lei nº 14133/21, considerando se tratar de serviço contínuo e essencial.

6.2 A prestação dos serviços deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias após a Publicação do Instrumento Contratual no Diário Oficial do Município.

6.3 A empresa prestadora dos serviços médicos deverá dispor de todas as especialidades e quantitativo contemplado neste Termo de Referência para o qual foi credenciado;

6.4 Os procedimentos descritos no ANEXO I serão prestados conforme a demanda do Hospital Maternidade





Doutor Mário Dutra de Castro e Hospital Municipal Raul Sertã.

6.5 A Credenciada deverá ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo.

6.6 A Credenciada deverá ainda considerar todas as Portarias do SUS, que regulamentam o exercício dos serviços no âmbito deste Sistema.

6.7 É de total responsabilidade da empresa manter todos os plantões com cobertura médica com quantitativo total, devendo também disponibilizar para a direção médica do Hospital Municipal Raul Sertã e Hospital Maternidade Doutor Mário Dutra de Castro a escala dos plantões com 07 (sete) dias de antecedência.

6.8 Fica facultado à Direção dos Hospitais, nos casos que se entenderem necessários, o direito de solicitação da quantidade diferente de médicos, para mais ou para menos, no momento da apresentação da escala dos plantões.

6.9 Nas situações em que o médico indicado pela empresa credenciada não comparecer ao plantão de escala, a Direção notificará imediatamente a empresa (via e-mail ou telefone) para reposição imediata do profissional, assumindo todas as responsabilidades pelo ônus causado a Administração caso o plantão não seja realizado.

6.10 A solicitação de substituição dos médicos, por não atender os requisitos do presente Edital, se dará por meio da comunicação oficial da Secretaria Municipal de Saúde (e-mail) junto à empresa credenciada, com envio da documentação do profissional que fará a substituição do edital, em até 24 horas.

6.11 Os profissionais disponibilizados pelas empresas credenciadas deverão respeitar o cumprimento da carga horária estabelecida em edital.





6.12 A empresa credenciada deverá manter-se, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações anteriores e com as condições de habilitação exigidas neste instrumento.

6.13 Será descredenciada imediatamente a empresa que não apresentar documentação complementar solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde e Comissão de Credenciamento para fins de instrução do processo e contratação, dentro do prazo estipulado.

6.14 A empresa credenciada deverá responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar ao Município de Nova Friburgo ou terceiros, conforme previsto no art. 37, § 6º da Constituição Federal:

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

6.15 É dever da contratada apresentar laudo toxicológico do profissional, em caso de instauração de processo administrativo, para avaliação do profissional que seja parte neste processo.

6.16 A aceitação provisória ou definitiva dos serviços não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.17 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6.18 A Contratada deverá realizar todos os serviços relacionados no Anexo I deste edital pelos valores inicialmente fixados, sem cobrança de qualquer valor adicional ao usuário do Município.





7. DA GESTÃO DO CONTRATO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.3.1 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.3.3 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.4 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.5 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.6 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).





7.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.9 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7.10 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

7.11 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

7.12 O(s) fiscal(is) do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.13 O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

7.14 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

7.15 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.





7.16 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

7.16.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços contratados;

7.16.2 Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

7.16.3 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

7.16.4 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. As notas fiscais de serviço deverão ser emitidas em nome do Fundo Municipal de Saúde – CNPJ 11.399.442/0001-79, endereço: Avenida Alberto Braune, 224, 2º andar/sala 221 – Centro/NF-CEP 28613-000.

8.2. Da liquidação da despesa:

8.2.1 A liquidação será realizada pela Secretaria de Fazenda, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto Municipal nº 2493 de 07 de novembro de 2023 c/c nº 3116 de 18 de setembro de 2024;

8.2.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº 2480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

8.3 Do pagamento da despesa:

8.3.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493 de 07 de novembro de 2023 c/c nº 3116 de 18 de setembro de 2024, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas;





Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
FGTS;
PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
Estadual CND – referente ao ICMS.

8.3.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

8.3.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

8.3.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CREDENCIAMENTO, por Chamamento Público, Constituição Federal de 1988 e nos Procedimentos Auxiliares previstos na Lei nº Lei 14.133/2021, em especial, no Art. 79, par. Único, inciso I da Lei 14.133/21.

9.1.1 O procedimento de credenciamento deverá ser divulgado e mantido à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, através do edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados, conforme dispõe o Art. 79, par. único, inciso I da Lei 14.133/21;

9.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e





c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

9.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.8 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.





9.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

9.12.1 Habilitação Jurídica:

- a)** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b)** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c)** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d)** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e)** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- f)** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g)** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h)** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;





i) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;

j) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k). Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.12.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.





f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

9.12.3 Qualificação Técnica.

a) As comprovações das exigências de habilitação deverão ser acrescidas das seguintes exigências:

- Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES;
- Comprovação da habilitação para prestação de serviços junto ao SUS – Sistema Único de Saúde;
- Comprovação de registro da proponente no Conselho Regional de Medicina (art. 67 da Lei 14.133/21);
- Apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a empresa ter cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado, com clara menção ao serviço e execução bem-sucedida. A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição;
- Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento da empresa proponente.
- Cópia da Certidão de Anotação do Responsável Técnico no Conselho Regional de Medicina (CRM);
- Relação contendo o(s) nome(s) e função(ões) de todos os profissionais envolvidos e/ou atuantes na prestação do(s) serviço(s) ofertado(s), acompanhado de cópia da Cédula de Identidade, CPF e Comprovante de Inscrição no Conselho Regional da Categoria do Técnico Responsável;
- Para a execução dos serviços, os profissionais médicos deverão possuir registro vigente no Conselho Regional de Medicina e deverão estar em dia com as obrigações junto ao Conselho Regional de Medicina.
- Em caso de férias e licença médica deverão ser substituídos por profissionais com as mesmas qualificações técnicas;
- A credenciada deverá apresentar Contrato de Seguro de responsabilidade civil profissional dos





prestadores de serviços, conforme previsão no item 4.4 deste Termo de Referência;

b) Apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a credenciada cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado neste Termo de Referência, com clara menção do produto e execução bem-sucedida. A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição.

c) Não poderão participar do credenciamento as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública.

d) As empresas em recuperação judicial poderão participar do credenciamento desde que, demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial (art.58 da Lei 11.101/2005).

e) Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

f) A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

g) É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

10.1 Da Contratante:





10.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

10.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

10.1.6 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

10.1.7 Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

10.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.8.1 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

10.1.9 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2 Da Contratada

10.2.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo de referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita





execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

b) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;

c) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no Edital;

d) estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;

e) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do contrato;

f) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

g) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

10.2.2 Os equipamentos, materiais e serviços ofertados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas editadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade – ABNT, INMETRO, dentre outros, conforme artigo 39, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90.

10.2.3 A prestação de serviços será realizada por profissionais devidamente habilitados, que deverão se apresentar nos locais de trabalho uniformizados, portando crachás de identificação, asseados, devendo atender com educação e presteza às solicitações da fiscalização e dos servidores lotados nos locais de execução do serviço, desde que compatíveis com o objeto da contratação.

10.2.4 Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente às normas e códigos aplicáveis ao serviço.





10.2.5 As especificações da ABNT serão consideradas como elemento base para a análise dos serviços, bem como dos materiais e equipamentos envolvidos.

10.2.6 Nos casos omissos deverão ser consideradas as prescrições, indicações, especificações, normas e regulamentos de órgãos/entidades internacionais reconhecidos como referência técnica.

10.2.7 Fornecer toda mão de obra, materiais, transportes, ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços em quantidade, qualidade e tecnologia compatíveis com as necessidades dos serviços.

10.2.8 Apresentar seus empregados com pontualidade, de acordo com as datas e horários previamente agendados pelo **CONTRATANTE**, para fins de execução dos serviços contratados.

10.2.9 Manter os empregados, quando da execução dos serviços, ou ainda nas dependências das unidades da Secretaria Municipal de Saúde, devidamente uniformizados e identificados mediante uso permanente de crachá.

10.2.10 Substituir, imediatamente, qualquer empregado cujo desempenho e conduta sejam considerados, pelo **CONTRATANTE**, inconvenientes para o desempenho das atividades.

10.2.11 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados por seus empregados ao patrimônio da **CONTRATANTE**, ou de terceiros, advindos de imperícia, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços, ainda que de forma involuntária, devendo adotar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, as providências determinadas pela **CONTRATANTE**, necessárias ao ressarcimento ou à reposição, conforme o caso, sem prejuízo das demais sanções.

10.2.12 Não cabe a **CONTRATANTE** qualquer responsabilidade por atos de negligência do pessoal da **CONTRATADA** durante o horário de trabalho.

10.2.13 Substituir os materiais e equipamentos considerados inadequados.

10.2.14 Registrar a entrada e identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da **CONTRATANTE**;





10.2.15 Responsabilizar-se pelo treinamento e formação dos funcionários, necessários à perfeita execução dos serviços, sem quaisquer ônus para a **CONTRATANTE**;

10.2.16 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução;

10.2.17 Proceder à supervisão das atividades de gerenciamento, orientação, controle acompanhamento dos serviços, designando para tanto um preposto, o qual deverá tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos e responder junto à fiscalização.

10.2.18 Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e à prevenção de acidentes;

10.2.19 Fornecer aos seus empregados todos os equipamentos de segurança e/ou proteção individual, inclusive aqueles utilizados sob condição rotineira;

10.2.20 Implantar adequadamente o planejamento, a execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências da **CONTRATANTE**;

10.2.21 Todo o material, ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados na execução dos serviços serão fornecidos pela **CONTRATADA** durante toda a vigência do contrato;

10.2.22 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede ao serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.2.23 Comunicar a contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.2.24 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.2.24 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;





10.2.25 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.26 Guardar sigilo absoluto durante a execução do serviço, não divulgando cadastros e arquivos dos quais tiverem acesso, referente às Unidades de Saúde, os profissionais que a integram, bem como os usuários do SUS.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

11.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

11.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado;

11.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para habilitação ou prestar declaração falsa durante a habilitação ou a execução do contrato;

11.1.1.9 fraudar o Chamamento Público ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;





11.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do Credenciamento;

11.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de habilitação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os credenciados, em qualquer momento da contratação;

11.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

11.3.1 advertência;

11.3.2 multa;

11.3.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

11.3.2.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

11.3.2.3 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

11.3.2.4 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

11.3.3 impedimento de licitar e contratar;

11.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.4 Impedimento de contratar ou licitar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

11.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que





aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

11.6 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

11.7 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa;

11.8 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 24.997.800 (vinte e quatro milhões, novecentos e noventa e sete mil e oitocentos reais).

13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

13.1.1 Fonte de Recurso: 1600;

13.1.2 Elemento de Despesa: 3.3.90.34.01;

13.1.3 Programas de Trabalho:

Gestão das Ações em Saúde do Hospital Maternidade - **30001.1030200852.203**

Gestão das Ações em Saúde do Hospital Municipal Raul Sertã – **30001.1030200852.202**

13.2 As notas fiscais de serviço deverão ser emitidas em nome do Fundo Municipal de Saúde – CNPJ 11.399.442/0001-79, endereço: Avenida Alberto Braune, 224, 2º andar/sala 221 – Centro/NF-CEP 28613-000.





13.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13.4 Os serviços prestados serão remunerados de acordo com valores unitários estabelecidos após a efetivação da cotação de preços a ser executada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, vigente no mês da prestação dos serviços;

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Saúde.

Nova Friburgo-RJ, 26 de novembro de 2025.

ELABORADOR:

Assinado por HIGOR DE BARROS
PINTO 216.***.***
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
26/11/2025 12:50:25

Higor de Barros Pinto
Matr.: 063.344

APOIO TÉCNICO:

Assinado por LESLIE DA CONCEIÇÃO MOURA 073.***.***
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
26/11/2025 15:50:57

Leslie da Conceição Moura
Mat. 207.520

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O**
PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Assinado por GABRIEL COSTA WENDERROSCHY 129.***.***
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
26/11/2025 13:03:29

Gabriel Costa Wenderroschy
Secretário de Saúde
Matrícula 063.454

